

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília pela Professora Nina Paula Laranjeira para disponibilizar o trabalho, em 22 de abril de 2019, no site repositorio.unb.br, de acordo com a licença conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra, a partir desta data.

REFERÊNCIA

LARANJEIRA, Nina Paula; BARBOSA, César Adriano de Sousa; GARCEZ, Nilcionir da Costa. Desafios da construção do conhecimento agroecológico com jovens do campo no contexto de assentamentos da reforma agrária na Chapada dos Veadeiros, Nordeste Goiano. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3., 2018, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: Rede de Estudos Rurais, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ZT_FmP87r8YZc0K_zjLmG4wuHxaKmdFt/view. Acesso em: 26 abr. 2019.

Desafios da construção do conhecimento agroecológico com jovens do campo no contexto de assentamentos da reforma agrária na Chapada dos Veadeiros, Nordeste Goiano.

Nina Paula Laranjeira¹, César Adriano de Sousa Barbosa², Nilcionir da Costa Garcez³

RESUMO:

O trabalho trata do curso para jovens com a temática de Agroecologia, no âmbito do projeto “Agroecologia, inovação e sustentabilidade: ressignificando a relação do jovem com o campo”, Chamada nº 19/2014 INCRA/SNJ/CNPq – Fortalecimento da Juventude Rural, executado pelo Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa em Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica – NASPA, em assentamentos da reforma agrária da Chapada dos Veadeiros. O curso, com 750 horas, baseado na pedagogia freiriana e na pesquisa-ação/participante, permitiu decifrar desafios e potencialidades da Agroecologia para o trabalho com os jovens. A metodologia consistia em diálogo teoria-prática por meio de oficinas, mutirões e do desenvolvimento de projeto agroecológico por cada jovem, na parcela familiar. A permanência dos jovens no curso apresentou desafios que devem ser relacionados com a questão da permanência do jovem no campo e toda a problemática que esta permanência traz. Apesar de questões gerais já conhecida para o êxodo da juventude, a realidade de cada assentamento demonstra que a situação das famílias e sua relação social local, ou seja, a forma como estão inseridas e reconhecidas na sociedade como agricultores familiares fazem grande diferença para que esses jovens valorizem e se envolvam com a Agroecologia, e deem sua contribuição no trabalho familiar. É nas famílias reconhecidas e valorizadas que os jovens mais investem nesse conhecimento e veem a possibilidade de viver no e do campo. Por último, observa-se que, ainda que a Universidade não possa suprimir lacunas deixadas pela ausência do Estado, fica clara a importância do papel da Extensão Universitária, utilizando metodologias participativas e a pesquisa-ação/pesquisa participante, no contexto da Agroecologia, na revalorização e fortalecimento da cultura camponesa.

Palavras Chave: Agroecologia, Educação do Campo, Pedagogia da Práxis.

1 - Professora da Universidade de Brasília, Centro UnB Cerrado – doutora, pesquisadora em Educação não formal – nina.laranjeira@yahoo.com.br

2 - Bolsistas EXP do CNPq, mestre, estudante do curso de especialização em Sciobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado - sat.altoparaiso@hotmail.com

3 - Bolsistas EXP do CNPq, pedagoga, estudante do curso de especialização em Sciobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado - nilcionirgarcez@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do desenvolvimento e resultados do projeto “Agroecologia, inovação e sustentabilidade: ressignificando a relação do jovem com o campo”, Chamada nº 19/2014 INCRA/SNJ/CNPq – Fortalecimento da Juventude Rural, executado entre fevereiro de 2015 e julho de 2017, pelo Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa em Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica – NASPA, núcleo criado em 2014 no âmbito do Programa SSAN-UNASUL (agora extinto), do MCTIC, com foco na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

A criação do NASPA resultou de trabalho iniciado em 2011 com jovens assentados e suas famílias, em Alto Paraíso de Goiás, e que, com o referido projeto, estendeu-se para os municípios de São João D’Aliança e Colinas do Sul, todos situados na Chapada dos Veadeiros, região de atuação do Centro UnB Cerrado ao qual o Núcleo está vinculado.

O projeto desenvolveu três grandes ações e uma delas, voltada para a juventude, foi o curso “Agroecologia e Sustentabilidade no Cerrado”, com 750 horas/aula, oferecido a jovens dos assentamentos (15 a 29 anos), mas envolvendo as respectivas comunidades, como parte da estratégia pedagógica.

O projeto como um todo e também o curso, tiveram como fio condutor a interação social, no sentido de Freire (1992), assim como diversas estratégias da pedagogia Freiriana. Sobretudo na interação com as comunidades, utilizamos a pesquisa participante e a pesquisa-ação, com enfoque transdisciplinar, o que será detalhado adiante.

Não é possível discutir a produção do conhecimento na Agroecologia com jovens de assentamentos, sem discutir a exclusão social e a necessidade de emancipação das populações do campo. Assim, a pesquisa aqui apresentada buscou levar os jovens a compreender a realidade em que vivem e o papel da agroecologia como forma de resistência no campo.

2. BASE TEÓRICA

Atuando com soberania e segurança alimentar, agroecologia e sustentabilidade, o NASPA vivencia a Agroecologia em seu sentido mais amplo e sistêmico. De acordo com Altieri e Nicholls (2000), a perspectiva agroecológica objetiva melhor aproveitamento e conservação dos recursos naturais, do funcionamento dos ecossistemas e da cultura local, visando o bem-estar da população humana e proporcionando um desenvolvimento ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Dentro dessa perspectiva, o NASPA tem buscado instalar processos educadores a fim de trabalhar essas dimensões da Agroecologia de forma integrada, caminhando na transição

agroecológica das comunidades focais. A organização social e o empoderamento dessas comunidades são entendidos então como parte desse processo de transição.

Caporal e Costabeber (2004) afirmam que os passos para transição agroecológica têm como objetivo a construção de agriculturas sustentáveis, envolvendo complexos processos socioculturais, econômicos e ecológicos, reforçando a natureza científica da Agroecologia. E assim resumem esse ponto de vista:

O que se está tentando dizer é que, como resultado da aplicação dos princípios da Agroecologia, pode-se alcançar *estilos de agriculturas de base ecológica* e, assim, obter *produtos de qualidade biológica superior*. Mas, para respeitar aqueles princípios, esta agricultura deve atender *requisitos sociais*, considerar *aspectos culturais*, preservar *recursos ambientais*, considerar a *participação política e o empoderamento dos seus atores*, além de permitir a obtenção de *resultados econômicos* favoráveis ao *conjunto da sociedade*, com uma *perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável*. (p.15)

Para Gliessman (2007) o processo de transição agroecológica pode ser representado por uma ordem de passos que indicam o grau de sustentabilidade do empreendimento produtivo. Organizou seu modelo de transição em quatro níveis, sendo o quarto nível aquele em que os agricultores buscam estabelecer uma conexão mais direta entre os produtores e os consumidores para promover a cultura da sustentabilidade, considerando as interações entre todos os componentes do sistema produtivo.

É importante observar que para realizar o quarto nível, a organização social é condição inerente, pois a fragilidade individual das famílias só pode ser revertida pela ação coletiva.

Além disso, mais recentemente, a preocupação com a mudança das condições climáticas vem crescendo a nível mundial e fazendo-se sentir no dia-a-dia de todos mas, sobretudo, dos agricultores. Na região da Chapada dos Veadeiros, o principal efeito dessas mudanças está na mudança do padrão de chuvas, resultando em períodos secos mais intensos e mais prolongados, consequência das práticas da agricultura industrial (monocultura) e da pecuária extensiva, que transformam imensas áreas em vazios de vegetação nativa, impactando os recursos hídricos, além da proliferação de pragas.

Nicholls e Altieri (2017) reforçando a importância de investir na resiliência socioecológica, a fim de garantir a produção de alimentos e a segurança dos próprios agricultores diante dos câmbios do clima, enumeram algumas práticas agroecológicas como capazes de ampliar essa resiliência: diversificação dos ecossistemas sob a forma de policultivo; sistemas agroflorestais (SAF) e sistemas que combinem a agricultura com a pecuária, acompanhados pelo manejo orgânico de solos, da conservação e da coleta de água e de incremento geral da biodiversidade.

Pelo exposto, chamamos a atenção para a mudança de paradigma científico que a Agroecologia representa, exigindo metodologias complexas, com diálogo entre disciplinas e entre

diferentes saberes e culturas que participam da construção desse conhecimento. Assim sendo, torna-se emergente a necessidade de trabalhar com enfoque sistêmico e transdisciplinar. A Pedagogia da Práxis, de acordo com Gadotti (2005), é “*a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, a contradição, mas, ao contrário, entende-os como inerentes à existência humana, explicita-os, convive com a contradição e o conflito.*” (p. 239) A compreendemos como a contínua possibilidade de dialogar, refletir e produzir conhecimentos pelo enlace permanente entre a realidade vivida e a necessidade de compreendê-la e transformá-la, ou seja, sob a perspectiva transdisciplinar.

Como metodologia que se adapta às concepções apontadas, trouxemos a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) e a pesquisa-participante (por exemplo, BRANDÃO, 1985, 1990; FALS BORDA 1990), que possibilita a produção de conhecimento ao longo do processo dialógico de uma aprendizagem que se propõe criticar os contextos em que se insere. Para Thiollent (2011) a pesquisa-ação é pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Neste caso, “*A interpretação da realidade observada e as ações transformadoras são objetos de deliberação*” (p. 19), estando aí a natureza argumentativa (deliberativa) da pesquisa-ação.

A ação a que se refere Thiollent é ação não trivial, problemática, que requer investigação para ser elaborada e conduzida. Assim, o pesquisador tem o papel de organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação da ação planejada. Na mesma linha, a pesquisa participante, além de seu potencial de transformação de realidades, traz em si o potencial emancipatório. Vem sendo desenvolvida desde a década de 70 por diversos pesquisadores e, como referência no tema, citamos: Fals Borda, Carlos Rodrigues Brandão e Paulo Freire.

Aqui particularmente, nos interessa contribuir para que as comunidades parceiras se apropriem do contexto social de sua realidade e neste sentido, Brandão (1990) traz uma descrição sobre Pesquisa Participante, em seu aspecto político e social, que encontra eco neste trabalho:

modalidade nova de conhecimento coletivo do Mundo e das condições de vida de pessoas, grupos e classe populares. Conhecimento coletivo, a partir de um trabalho, que recria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias. Um conhecimento que, saído da prática política que torna possível e proveitoso o compromisso de grupos populares com grupos de cientistas sociais, por exemplo, seja um instrumento a mais no reforço do poder do povo. Poder que se arma com a participação do intelectual (...) comprometido de algum modo com a causa popular. (p. 9-10)

Thiollent (2006) e Streck e Adams (2014) discutiram o conceito de emancipação ao longo do tempo e das transformações vividas pela sociedade. Os últimos consideraram que a emancipação/libertação “*Relaciona-se à expressão mais elevada das potencialidades humanas que*

articula a dimensão social e a política na perspectiva de construir caminhos instituintes alternativos aos da sociedade burguesa.” (pag. 67). Assinalam a gênese dessa concepção ao marxismo e à teoria crítica da Escola de Frankfurt, fontes também encontradas na concepção de Paulo Freire, cujo trabalho teve foco na emancipação e libertação da condição de opressão vivida por parcelas da sociedade contemporânea.

A escola Freiriana traz, portanto, importantes ensinamentos para a extensão universitária, a nosso ver o componente da academia capaz de reunir ensino, pesquisa e extensão, pois assinalam que, em sua ação educativa, partem da premissa de que:

pesquisa da realidade, capacitação de quadros e aquisição de conhecimentos são dimensões inseparáveis e interligadas de um mesmo itinerário político-pedagógico. Pensamos que a *finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos* com que trabalhamos. (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1990, p.19, grifo nosso)

Fals Borda (1990) discute a pesquisa participante no âmbito de uma ciência emergente, que se contrapõe à ciência dominante, que se considera única. Chama a atenção para a influência da comunidade científica ocidental sobre a manutenção do *status quo* político e econômico, servindo à manutenção do sistema capitalista.

No caso da agricultura familiar a questão a ser enfrentada para a conquista da emancipação/libertação, passa concretamente pelo que Bruno (2016) descreve como os *“mecanismos de dominação simbólica presentes no discurso das elites agroindustriais”* (p.142) e que se prolifera pela sociedade brasileira como verdade. É o discurso do opressor, que consolidada uma concepção de sociedade estática, do que sempre foi e sempre será, mantendo o agricultor familiar imobilizado por um suposto destino imutável.

Percebe-se, o quão arcaica é a estrutura social que ainda prevalece nas áreas rurais brasileiras, seguindo ainda a mesma lógica opressiva às minorias, vigente em tempos que, para outros países do mundo com potência econômica semelhante à nacional, já são imemoriais. Tal estrutura impactam negativamente a agricultura familiar, em termos sociais e econômicos e tem graves consequências para a juventude que, por falta de oportunidades de vida digna no campo, migra para as cidades.

Anjos e Caldas (2008) sintetizaram esse quadro de retrocesso afirmando que muitos países hoje desenvolvidos fizeram a reforma agrária recentemente (p.ex Japão, Coréia do Sul), enquanto o Brasil optou por atender a setores mais reacionários, implementando modernização conservadora e dolorosa, ao introduzir o pacote tecnológico da revolução verde, subsidiado por um Estado autoritário, levando quase 40 milhões de pessoas do campo para a cidade para viver sem dignidade. As consequências hoje observadas nas populações do campo são o verdadeiro massacre cultural e epistemológico, o que Santos e Meneses (2009) chamam de epistemicídio dos povos do sul. Essa

concepção precisa ser levada em conta na oferta de cursos para as populações do campo, no sentido de promover espaços onde a cultura do campo e as formas de produção de conhecimento possam ter visibilidade.

Trazendo essa situação nacional para o contexto da Chapada dos Veadeiros, no Nordeste Goiano, região tradicionalmente abandonada pelo poder público, a extensão universitária fundamentada na Agroecologia e na pesquisa-ação/pesquisa participante tem papel relevante para contribuir na transformação socioeconômica das famílias assentadas e jovens do campo.

3. O CURSO: “Agroecologia e Sustentabilidade no Cerrado”

O curso ocorreu nos anos de 2015 e 2016 e atendeu a cerca de 45 jovens de assentamentos rurais dos municípios de Alto Paraíso de Goiás (a partir do segundo ano, 2016 – 450 horas), Colinas do Sul e São João D'Aliança, com carga horária total de 750 horas, dividida em 3 módulos: o primeiro em 2015 e, os demais em 2016. Todos os jovens receberam bolsa de estudos para participar do curso.

Foi organizado em atividades presenciais e desenvolvimento de projetos (30% de horas indiretas), dentro do espírito proposto pelo PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que divide seus cursos em “tempo escola” e “tempo comunidade” (BRASIL, 2004). Neste caso específico, em que os participantes estão cursando o ensino básico, com aulas regulares de segunda à sexta-feira, estes dois momentos intercalaram-se no cotidiano dos educandos, que não podem se afastar por períodos longos, pois tem que comparecer à escola durante quase todo o ano. Reuni-los só durante as férias escolares impediria que o processo educativo se desse de forma contínua, pois o tempo comunidade seria demasiadamente longo, o que, pela nossa experiência, para a faixa de idade atendida não seria adequado.

As aulas presenciais foram divididas em aulas semanais nos assentamentos, e encontros coletivos mensais. Em 2015 esses encontros tiveram duração de dois dias (finais de semana), quando os estudantes dos dois municípios se reuniam na Fazenda Escola Bona Espero, para participar de aulas e oficinas com professores convidados e de atividades interativas entre os jovens dos diferentes municípios.

Em 2016, esses encontros passaram a ocorrer quinzenalmente, somente aos sábados, além dos encontros semanais em cada município, nos assentamentos. Neste ano, foram incluídos jovens do Assentamento Sílvio Rodrigues, de Alto Paraíso. Esses jovens já participavam de projetos da UnB, recebendo bolsa de estudo para desenvolver projetos de Agroecologia.

O curso seguiu linha pedagógica Freiriana (por exemplo, FREIRE, 1987, 2002), e a Pedagogia da Práxis (GADOTTI, 2005) buscando desenvolver a autonomia e o protagonismo

juvenil, partindo da realidade de cada assentamento e sempre voltando para ela, mas conectando-a com contextos regionais, nacionais e mundiais. Utilizou-se de experimentos e mutirões nas casas das famílias, reuniões com a comunidade, recursos didáticos variados e diversas atividades em grupo, no intuito de provocar a reconexão do jovem com a terra, com a vida no campo, com suas comunidades, e com os ritmos naturais. A terra como meio de sobrevivência, de qualidade de vida e de transformação social. A revalorização da profissão de agricultor, a questão da soberania alimentar e a análise do contexto sociopolítico que os cerca foram pontos chave.

3.1. Objetivos do Curso:

- ✓ Estimular a permanência do jovem no campo a partir de processo formativo em Agroecologia e Sustentabilidade envolvendo as respectivas comunidades.
- ✓ Identificar, gerar e difundir práticas inovadoras e tecnologias sociais de base agroecológica, viabilizando a estabilidade de agroecossistemas.
- ✓ Promover, de forma integrada, o resgate cultural, a segurança alimentar e nutricional, o acesso a políticas públicas e o manejo para a conservação ambiental.
- ✓ Fortalecer a identidade e autonomia do jovem, enquanto sujeito do campo, sua capacidade de organização e participação social, e o pertencimento.

3.2. Metodologia e Estrutura do Curso:

A metodologia desenvolvida em ações com jovens desde 2011 foi aprimorada e consolidada. Tem como eixo central o envolvimento do jovem em projeto familiar, ou seja, as famílias passam a participar diretamente do curso. A partir do módulo II, os projetos familiares receberam a turma de estudantes para aulas práticas, que objetivam alavancar cada projeto por meio das oficinas em sistema de mutirão. Ao mesmo tempo, a comunidade foi chamada a participar, procurando unir as aulas do curso a reuniões comunitárias, para tratar de temas de interesse comum.

Dessa forma, o curso tornou-se mais amplo e intensivo, promovendo a integração nos assentamentos e intervindo positivamente nos processos de organização comunitária, com resultados diferentes nas diferentes comunidades.

Em consonância com os princípios político-pedagógicos do PRONERA (BRASIL, 2004, pág. 18) foi utilizada uma abordagem para a ação de formação e de extensão, que possibilitasse: conhecer o contexto local; construir e manter espaços de diálogos entre os produtores e jovens e destes com a equipe de extensão; compreender a linguagem/visão sobre a própria realidade; realizar o exercício da escuta sensível a cerca das mais diversas questões ligadas a tal realidade; estimular reflexões destes sobre seus modos de vida no contexto produtivo e, sobretudo, trabalhar no

fortalecimento dos grupos, por meio do aporte de informações sobre os objetivos que se pretende alcançar, motivando-os para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Logo no início do curso, objetivando debater com os estudantes a situação do jovem do campo e a necessidade que a maioria tem de ir para as cidades, foram propostas algumas atividades. A primeira “O que é ser jovem no campo”, provocou a discussão em pequenos grupos, com posterior apresentação e discussões com o grande grupo. A seguir, os jovens foram orientados a levantar, junto aos familiares, a história das famílias e a observar seus cotidianos, com tomada de imagens. Esses materiais eram trazidos para as aulas para discussão e olhar crítico dos próprios jovens. Posteriormente, foi realizada dinâmica que consistiu de construção coletiva de esquema relacionando a cidade e o campo, buscando identificações de “mitos e verdades”.

No final do primeiro módulo, os estudantes foram apoiados e orientados para planejar sua ação agroecológica junto à família. Esse planejamento deu-se no segundo semestre de 2015, em época estratégica já que, iniciada a estação de chuva na região, todos têm condições de realizar plantio, pois até mesmo os que tem pouco acesso à água plantam no tempo das chuvas.

Conforme será detalhado adiante neste relato, por diversos motivos, a evasão de jovens de Colinas do Sul foi muito grande já no primeiro ano, o que motivou a equipe a incluir, no ano de 2016, jovens do Assentamento Sílvio Rodrigues, de Alto Paraíso de Goiás, cuja participação não estava prevista inicialmente. Como já havia ação do NASPA junto aos jovens desse Assentamento, a seleção dos participantes já foi feita com base em apresentação por parte dos interessados, de propostas de projetos agroecológicos em suas parcelas.

A participação desses jovens a partir do módulo II foi bastante positiva para o curso, pois muitos já participavam desde 2015 ou 2014, desenvolvendo projetos familiares de Agroecologia e, além disso, ao contrário dos demais assentamentos, muitas das famílias desses jovens já viviam, ou estavam em momento de começar a gerar renda a partir da agricultura de base agroecológica, participando de feiras em Alto Paraíso. É importante observar que uma das feiras foi criada no ano de 2015, como um dos resultados do projeto que deu origem ao NASPA (chamada nº 82/2013 CNPq/MCTI). O início do ano de 2016 foi um momento de crescimento e otimismo naquele assentamento.

Trabalhamos com equipe de extensionistas do projeto e professores da UnB. A carga horária maior girou em torno da temática dos cultivos e aproveitamento do cerrado, com temáticas de “soberania e segurança alimentar e nutricional” e “água e cerrado” abordadas de forma transversal. Os planejamentos eram semanais, criando intenso processo formativo para toda a equipe. Todas as disciplinas eram dadas, ou nos assentamentos, ou nos encontros mensais, de forma a incluírem professores da UnB, convidados ou do NASPA.

De acordo com a metodologia proposta, procuramos envolver as comunidades de duas formas: visitas às parcelas, onde a família participava da aula, e convidando a comunidade (e não só as famílias dos cursistas) para aulas e diversas atividades, entre elas mutirões. Dessa forma, foram sendo levantadas informações sobre os assentamentos, a partir do olhar dos próprios assentados.

Dessa aproximação, resultou a elaboração de dois projetos, um com o assentamento Mingau, em São João D'Aliança (enviado à Fundação Banco do Brasil, edital voltado à juventude do campo) e outro com o Assentamento Terra Mãe, em Colinas do Sul (Uso sustentável do solo no Terra Mãe - Programa de Pequenos Projetos Ecosociais – PPP ECOS, do ISPN). Ambos foram encaminhados pelas associações, mas somente o segundo foi aprovado. O projeto enviado à FBB foi rejeitado em fase eliminatória, pois a Associação não conseguiu apresentar a documentação necessária.

4. AS REALIDADES LOCAIS E APRENDIZADOS

Enumeramos alguns pontos sobre a realidade dos assentamentos e questões importantes identificadas a partir da investigação participativa realizada durante esses dois anos, tanto nas aulas, quanto em encontros e reuniões com as diferentes comunidades, e visitas às famílias.

Assentamentos de Colinas do Sul – Neste município foram envolvidos três assentamentos com características muito similares, criados na mesma época (2009), mas com infraestrutura ainda precária. Não receberam ainda material para construção das casas e não contam com água e energia elétrica de abastecimento público. Além disso, o município também tem condições precárias e o deslocamento dos assentados para a escola é bastante deficiente, quer seja pelas inúmeras falhas do sistema de transporte, quer pelos terríveis horários de saída e chegada, muitas vezes em pontos do assentamento que requerem longas caminhadas até as moradias. Constata-se então a baixa escolaridade e grande dificuldade dos jovens com a leitura, escrita e na compreensão das aulas teóricas. Nestes assentamentos a maioria dos jovens não quer ir para as grandes cidades, mas não conseguem encontrar formas de sobrevivência no campo, o que é assumido de forma explícita por eles. Com uma educação local bastante deficiente, são raros os que conseguem chegar ao nível superior.

Principalmente a falta d'água impede que as famílias vivam da agricultura, obrigando-as a sair em busca de outros trabalhos, difíceis de encontrar. Há famílias que são obrigadas a deixar suas casas nos meses finais da estiagem, por total falta de acesso à água. A maioria das famílias planta roças na época das chuvas, quando obtém boa parte dos alimentos (milho, feijão, abóbora, mandioca, gergelim, entre outros). Costumam também colher e processar frutos do cerrado. Os jovens saem em busca de ocupação, para tentar sair da condição de pobreza, e não vê alternativa para viver na terra. Soma-se a essa situação, o fato dos assentamentos serem grandes e distantes, o

que fez com que o deslocamento para as aulas fosse difícil. Por outro lado, em função de tantas necessidades, nesses assentamentos as comunidades foram mais receptivas à participação e solicitaram a colaboração da Universidade para melhorar suas condições de vida.

Diante do desejo de trabalho conjunto por parte dessas comunidades, apoiamos a elaboração de projeto do Assentamento Terra Mãe, enviado e aprovado pelo Programa PPP ECOS, do ISPN. Fizemos parceira na execução do mesmo, unindo as aulas do curso aos mutirões do projeto comunitário aprovado. Assim, o Assentamento Terra Mãe tem agora uma cozinha comunitária equipada e pronta para uso. Um grupo de mulheres, mesmo que em ritmo lento, está se organizando para processar frutos do Cerrado e levar para comercializar na cidade.

O trabalho junto à comunidade foi iniciado nos três assentamentos, e a partir do segundo semestre de 2016 passou a ter foco em dois deles (Terra Mãe e Boa Esperança), onde, no decorrer do processo, dois grupos de mulheres se formaram, e se juntaram ao curso, compartilhando seus conhecimentos nas aulas. Em função desse potencial e das dificuldades de manter plantios ao longo de todo o ano, o tema do extrativismo foi trabalhado no curso, sobretudo no Módulo III, com foco no aproveitamento de frutos do Cerrado, atividade de grande importância nesses assentamentos.

Essa participação das mulheres resultou na publicação de material educativo, a cartilha “Alimento, Tradição e Sustentabilidade: o uso das Plantas Alimentícias não Convencionais – PANC na Chapada dos Veadeiros”, trazendo receitas usadas na região e características dessas plantas, que está disponível no link <http://naspauhb.wixsite.com/naspa/publicacoes-e-divulgacao>.

Foi também construída de forma participativa a Roda de Alimentos Regional, elaborada a partir da Nova Roda de Alimentos elaborada pela Universidade do Porto (Portugal), utilizando os alimentos consumidos nessas comunidades. A Roda foi inserida em outra publicação didática, a cartilha intitulada “Transição Agroecológica: diálogo e cooperação”, também disponível para *download* no link citado acima. Ficou clara então a riqueza da alimentação dessas comunidades, ainda que com tantas dificuldades de infraestrutura.

Ao final de dois anos e meio de convivência com esses assentamentos podemos concluir que, mesmo que mais de 40 jovens dessas comunidades tenham passado e somente 10 tenham chegado ao final do curso, a experiência foi engrandecedora para estes e que diante das condições de vida dessas comunidades, muito se avançou. Ao final do curso os jovens mostraram estar conscientes do papel do campo na conservação ambiental e de seu papel social como resistência.

Assentamento Mingau - São João D’Aliança – Esse assentamento foi criado em 1996 e, portanto com uma história bem diferente dos demais assentamentos atendidos. Além de jovens do Mingau, onde aconteciam as aulas semanais do curso, em 2015 participaram sete jovens do Acampamento Nelson Mandela, localizado em frente à entrada do Mingau, na GO-118,

aparentemente próximo, mas não era possível o deslocamento a pé, resultando em problemas de deslocamento. No Assentamento Mingau uma parte das famílias vive da monocultura e estas famílias, apesar de incentivarem a participação dos filhos, não acreditam na Agroecologia, vendo o curso como forma de manter o jovem ocupado com estudos e ganhando uma bolsa para suprir necessidades financeiras que nem sempre a família poder atender, apesar dessas famílias terem visivelmente a melhor situação socioeconômica do assentamento. Esses jovens não se envolveram muito com o curso. A outra parte das famílias que aí reside, planta para subsistência apenas e os chefes de família têm outras ocupações fora do assentamento. Na agricultura de subsistência praticada nesse assentamento, não há aplicação intensiva de agrotóxicos e houve abertura maior aos conhecimentos agroecológicos. Essas famílias tiveram visível aumento de produção e introdução de novas técnicas agroecológicas. Somente duas jovens cursistas (irmãs) pertenciam à família de agricultores que vivem realmente da terra, sem uso de agrotóxicos. Essa família teve papel muito importante no curso e ainda hoje, terminado o curso, mantemos vínculos. Relatam salto de qualidade em sua produção e passaram a frequentar a feira em Alto Paraíso. Talvez por essa disparidade de perfis dentro do PA Mingau, a associação do assentamento seja muito fraca e houve pouco interesse da comunidade em participar das atividades do curso. Foram realizados esforços para trabalhar junto com a comunidade, mas não houve coesão suficiente para serem levadas adiante. No final de 2015 uma série de problemas políticos afetaram o Acampamento e os jovens que lá estavam se dispersaram. Alguns foram embora para cidades próximas em busca de trabalho e estudo. Assim, seis entre os sete estudantes deste acampamento deixaram o curso. Soma-se à questão de desestruturação do Nelson Mandela, ao fato de que alguns jovens do Assentamento Mingau terminaram o ensino médio, prestaram o exame do ENEM e foram estudar, ou foram trabalhar em tempo integral. A temática dos agrotóxicos foi amplamente discutida nesse assentamento e mesmo as famílias dedicadas à monocultura chegaram a fazer pequenos cultivos de subsistência, com reduzido uso de agrotóxicos.

Assentamento Sílvio Rodrigues - Alto Paraíso de Goiás – As ações neste assentamento começaram em 2011 e se intensificaram em 2014, com o projeto aprovado na Chamada 82/2013 (CNPq/MCTI). Em 2016, os jovens passaram a fazer parte do curso, mas alguns já eram bolsistas, desenvolvendo projetos de Agroecologia com suas famílias. Como no final de 2015 havia sido criada a Feira Popular da Agricultura Familiar com o apoio do NASPA, havia boa motivação dos jovens cujas famílias haviam ingressado na Feira ou viam a Feira como possibilidade. Assim, os resultados dos projetos de alguns estudantes foram bastante efetivos e imediatos para as famílias, e muitos desses jovens foram importantes na ampliação da produção familiar e passaram a estar mais presentes no trabalho familiar. A parceria entre UnB e Assentamento permanece e está sendo

apoiada por novo projeto (Chamda nº 16/2016 – CNPq/MCTI). Apesar de alguns terem evadido, o engajamento junto às famílias dos que terminaram o curso foi importante.

4.1. A questão da Evasão e o aprendizado dos jovens:

O primeiro desafio para permanência dos jovens no curso foram as exigências burocráticas para o acesso à bolsa de estudo, fator que contribuiu muito para a não permanência de muitos estudantes, que precisavam deste recurso para frequentar as aulas.

A evasão foi elemento preocupante durante todo o curso. Toda a convivência e diálogos estabelecidos, tanto com os cursistas quanto com as famílias e a comunidade, permitiram concluir que uma lista de motivos influenciou a desistência, nas diferentes localidades. Mas para os que finalizaram o curso, foi evidente, na maioria dos casos a mudança de olhar sobre a vida no campo, a conservação do ambiente e a possibilidade de viver da agricultura, ainda que nem todos tenham esse desejo ou vocação.

Na avaliação final realizada pelos estudantes individualmente e também em grupos formados por estudantes dos 3 municípios, no último encontro do curso, foi inserida a pergunta sobre a evasão, como forma de ouvir os próprios jovens de forma mais sistemática, já que o tema havia sido discutido com eles durante todo o curso.

A sistematização dos resultados dessas atividades mostrou que aqueles jovens veem o campo, sobretudo como um lugar seguro para se viver, quer seja pela falta da violência observada nas cidades, ou pela rede de solidariedade, de ajuda mútua, existente entre as pessoas. Como pontos negativos para a vida no campo, apontam a falta de oportunidades de estudo, poucas opções de lazer e dificuldade de deslocamento.

No imaginário de muitos está a ideia de poder estudar e voltar a viver no campo, ainda que não seja para viver da terra. Entretanto, muitos acham que se trata de utopia, pois não enxergam opção de trabalho para os que não gostam do trabalho na terra. Observa-se então a necessidade do desenvolvimento das cadeias produtivas relacionadas à produção da Agricultura Familiar, a fim de ampliar e diversificar a geração de trabalho e renda nas áreas rurais.

Quase todos demonstraram compreender que existe o preconceito contra “as coisas do campo”, entretanto, o papel da mídia para construir essa realidade não era percebido por muitos, sobretudo entre os jovens de Colinas do Sul. Essas discussões, aliadas a sensibilização que a Agroecologia traz sobre o viver na e da terra, colaboraram para reorganizar o sentido de pertencimento desses jovens. Além disso, foram estudados temas como organização e participação social, a construção do conceito de território e as disputas pelos territórios rurais, e a soberania alimentar, colaborando para que construíssem suas compreensões sobre as questões políticas,

econômicas e sociais que levam a situação de preconceito com relação à vida no campo, sobretudo no caso dos agricultores familiares.

Quadro I: Síntese - Fatores e condições de vida dos jovens que participaram do curso e que contribuíram para a rotatividade dos cursistas e o abandono da vida do campo.

	Alto Paraíso de Goiás (Sílvio Rodrigues)	Colinas do Sul (Boa Esperança, Terra Mãe e Córrego do Bonito)	São João D'Aliança (Mingau)
	A dificuldade de permanência do jovem no campo, pela falta de perspectivas e pela desvalorização e preconceitos que existem com relação à vida no campo.		
	Longas distâncias e falta de meios de transportes para deslocamento dos jovens para as aulas e para a cidade para estudar e encontrar amigos.		
	A aptidão pessoal e o desejo de lidar com a terra não estão presentes em todo jovem, somente por ser do campo. Apesar do estudo da Agroecologia tratar de um conjunto de disciplinas que vão muito além da lida direta com a terra, o curso foi realmente mais voltado para o plantio. Além disso, a cadeia produtiva da Agricultura Familiar é frágil e o jovem não consegue visualizar oportunidades além da produção propriamente dita.		
Infraestrutura	Boas condições de vida, com casa, energia elétrica, água para abastecimento doméstico, mas nem sempre para cultivos.	Precárias condições de vida, a maioria sem casa de alvenaria, sem energia elétrica e sem água para abastecimento doméstico o ano todo.	Boas condições de vida, com casa, energia elétrica, água para abastecimento doméstico.
Organização social	Há famílias que eram posseiras e foram incorporadas ao assentamento e há famílias assentadas de diferentes regiões. Há três associações e uma delas é a mais ativa, mas pouco organizada. Estão ligados ao MST, com pouca proximidade. As Feiras das quais participam em Alto Paraíso, ajudaram a promover certa organização.	Cada assentamento tem sua associação, mas as três são precárias, com muitos conflitos internos e muitas dificuldades de reunir os associados. O perfil social e socioeconômico das famílias apresenta maior homogeneidade que nos outros dois municípios e muitas famílias são dessa região. São vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, frágil, vinculado à CONTAG.	Organização e participação social precária. A associação é antiga, mas tem pouca atividade. Pouca homogeneidade de perfis socioeconômicos e culturais das famílias. Estão ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, que não é forte.
Geração de renda pelas famílias	Boa parte das famílias já consegue tirar parte de sua renda da produção agrícola, principalmente sem o uso de agrotóxicos. Bom mercado consumidor na cidade sede do município. Valorização local da agricultura familiar.	Nenhuma das famílias vive ou tem sua maior renda da terra. Todas dependem de trabalho externo ou da ajuda de familiares. Quase todas desenvolvem algum cultivo de subsistência, sobretudo culturas do período de chuva (as roças) e extrativismo. Forte vínculo com o Cerrado e com essa região.	Só uma família vive da agricultura de base agroecológica. Algumas fazem cultivo de subsistência, mas tem renda a partir de trabalho fora do assentamento de um dos familiares. Outra parte tem renda da monocultura.
Acesso à escola	Escola dentro do assentamento, com gestão e subsídios de organização social, chegando benefícios além das políticas públicas normais. Transporte escolar razoável. A escola não é do campo e acaba por incentivar o êxodo jovem.	Escola na cidade, longas distâncias, transporte escolar muito deficitário (descontínuo) e com horários e trajetos desfavoráveis, sobretudo para crianças. A frequência das crianças e jovens à escola é, por isso, irregular. O ensino é muito precário.	Escola fora do assentamento, mas com trajetos não muito longos e transporte escolar razoável. Não é escola do campo, apesar de ter ensino razoável em relação a outras da região.
Aprendizado observado	Estudantes com famílias engajadas ou que desejavam se engajar na produção e comércio demonstraram aprendizagem importante e ganho na transição agroecológica para as famílias.	Novas técnicas agroecológicas foram bem aceitas e incorporadas, mas não houve mudança perceptível no engajamento na produção familiar, apesar de demonstrarem, na prática, a assimilação de diversos conhecimentos.	Novas técnicas agroecológicas aceitas e incorporadas pelas famílias dedicadas à agricultura de subsistência e à Agroecologia (uma família, que ampliou sua produção).

O quadro I procurou sintetizar a análise do processo vivido durante o curso. A dificuldade para a permanência do jovem no curso foi entendida como reflexo da dificuldade de permanência no campo, mais ou menos grave conforme a condição socioeconômica em que se encontram as famílias. A tradição/cultura familiar de usar ou não agrotóxicos, é determinante na abertura do jovem para a Agroecologia.

5. REFLEXÕES FINAIS:

Sabemos que o êxodo de jovens do campo é um fator preocupante para as famílias e está registrado na literatura sobre o tema da juventude rural. Entretanto, entendemos que é importante que as causas locais sejam investigadas e tratadas com as próprias comunidades. O desinteresse e a falta de perspectiva para a permanência no campo vêm de fatores estruturais, sobretudo da imagem sobre a relação entre campo e cidade difundida na mídia e da relação entre a agricultura familiar e a agricultura industrial, estabelecidas na sociedade brasileira, ainda atrasada no processo de reforma agrária, resultando em baixo reconhecimento da importância econômica e social da agricultura familiar. É preciso considerar entretanto que, diante da diversidade de opções que a vida oferece é normal que muitos jovens realmente não queiram ficar no campo e essa opção precisa ser respeitada, mas que para muitos, a falta de compreensão do contexto, impede que visualizem condições de permanência. A experiência com assentamentos de três diferentes contextos em termos de transição agroecológica, apesar de na mesma região, mostrou que, mesmo considerando diferentes possibilidades de opção de vida para o jovem do campo, é possível perceber que os processos de ensino-aprendizagem em Agroecologia está fortemente condicionado ao contexto de vida em que se inserem e às oportunidades que vislumbram de viver no campo.

A falta de políticas públicas e a precariedade nos processos de implantação dos assentamentos influencia diretamente na motivação desses jovens para a vida no campo. Apesar da Agroecologia trazer em seu contexto uma enorme riqueza para a compreensão de diversos fatores que estão enredados nas questões do campo, não é suficiente para estimular os jovens que estão em condições muito precárias de vida. A lacuna deixada pela ausência do Estado não pode ser preenchida por uma ação de Extensão Universitária. Ressalta-se ainda que muitos dos resultados de uma ação como essa serão percebidos a longo prazo, sobretudo por se tratar de uma faixa etária que está ainda buscando caminhos.

O processo de êxodo rural, ainda que possa ter sido levemente atenuado nos últimos anos diante da visível melhoria nas políticas públicas para a agricultura familiar, permanece sendo preocupante diante de uma estrutura social que não mudou e que se agrava no contexto atual mais recente.

Ressalta-se ainda a importância da Extensão Universitária, utilizando-se de metodologias participativas e pesquisa-ação/pesquisa participante, no contexto da Agroecologia, para revalorização e fortalecimento da cultura camponesa e ganhos para essas comunidades, ainda que abandonadas pelo poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C.I. *Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture*. Basic Textbooks for environmental training. Berkeley: Un. of California, 2000.

ANJOS, F.S. dos; CALDAS, N.V. O rural brasileiro: velhas e novas questões em debate. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 2008. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/135/100>. Acesso em: 02 out.2017.

BRANDÃO, C. R. Participar-Pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense. 2ª ed. 1985.

_____. Pesquisar-Participar. In: BRANDÃO, C.R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1990.

BRASIL, PRONERA: Manual de Operações. Brasília: MDA/INCRA. Portaria INCRA nº 282, 26 de abril de 2004.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.142-160, abril 2016. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/712>. Acesso em: 17 jan. 2017.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cartilha/agroecologia-alguns-conceitos-e-princ%C3%ADpios>. Acesso em: 30 set. 2017.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C.R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1990.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 17ª ed., 1987.

_____. *Extensão ou Comunicação?* Paz e Terra: Rio de Janeiro, 10ª ed., 1992.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra: São Paulo, 25ª ed., 2002.

GADOTTI, M. Pedagogia da Práxis. In: BRASIL, Miniastério do Meio Ambiente. *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(res) Ambientais e Coletivos de Educadores*. Vol. 1, Brasília: MMA, 2005.

GLIESSMAN, S.R. *Agroecology: The ecology of sustainable food systems*. Boca Raton, FL: CRC Press/Taylor & Francis Publishing Group, 2007.

NICHOLLS, C.I.; ALTIERE, M.A.. Enfrentando el cambio climático: estrategias agroecológicas para la agricultura campesina. In: NICHOLLA, C.I.; ALTIERE, M.A. (eds). *Nuevos caminos para reforzar la resiliencia agroecológica al cambio climático*. Berkley, California: SOCLA, REDAGRES, 2017.

OLIVEIRA, R.D. de; OLIVEIRA, M.D. de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C.R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1990.

SANTOS, B. S.; MENESES, M.P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES. 2009.

STRECK, D. R., ADAMS, T. *Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade*. Curitiba: CRV, 2014.

THIOLLENT, M. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In: BRANDÃO, C.R. e STRECK, D. R. (org.) *Pesquisa participante: O saber da partilha*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2ª ed., 2006.

_____. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2011.